Instituição Particular de Solidariedade Social. Registo nº 30/10 da D.G.S.S.

de 3 de Julho de 2009

NIPC: 509 233 937

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública (Portal do Cidadão em 24/11/2009)

Estatutos originais, com montagem das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, e ainda o disposto na Lei n.º 76/2015, de 28 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, por apreciação parlamentar e tendo em conta as indicações do Manual de Procedimentos para Alteração dos Estatutos emitida pela DGSS.

Setembro 2015

Domicilia Balhau / Renata Abreu

1

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO TAVEIROCOMVIDA

CAPITULO I Natureza, Denominação, Sede e Objeto

Artigo 1.º Denominação e natureza jurídica

____a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em

_b) Apoio à família; _____

c) Apoio às pessoas idosas;
d) Apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade
e) Apoio à integração social e comunitária;
f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença,
velhice, invalidez e morte, bem como em todas situações de falta ou
diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho
2. Secundariamente, a associação propõe-se desenvolver os
seguintes objetivos:
a) Prosseguir outros fins não lucrativos, desde que esses fins sejam
compatíveis com os fins definidos no número anterior.
Artigo 4.º Atividades
1. Para realização dos seus objetivos, a associação propõe-se criar e
manter as seguintes atividades:
a) Para apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens
em perigo:
- Creche e creche familiar;
- Centro de atividades de tempos livres;
- Centro de apoio familiar e aconselhamento parental;
- Intervenção precoce; Lar de apoio;
- Equipa de rua de apoio a crianças e jovens;
- Lar de infância e juventude;
- Apartamento de autonomização;
- Casa de acolhimento temporário;
- Cuidados continuados integrados;
- Estabelecimento de educação pré-escolar
b) Para apoio à família:
- Centro de atendimento/acompanhamento psicossocial;

- Centro de atendimento;
- Casa de abrigo;
- Serviço de apoio domiciliário;
- Centro de férias e lazer;
- Centro de apoio à vida;
- Ajuda alimentar;
- Cuidados continuados integrados.
c) Para apoio às pessoas idosas:
- Serviço de apoio domiciliário;
- Centro de convívio;
- Centro de dia;
- Centro de noite;
- Estrutura residencial para pessoas idosas;
- Cuidados continuados integrados.
d) Para apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade:
- Centro de atividades ocupacionais;
- Lar residencial;
- Residência autónoma;
-Centro de atendimento/acompanhamento e reabilitação social para pessoas
com deficiência;
- Serviço de apoio domiciliário;
- Cuidados continuados integrados.
e) Para apoio à integração social e comunitária:
- Atendimento e acompanhamento social;
- Serviço de apoio domiciliário;
- Centro comunitário;
- Refeitório/cantina social;
- Comunidade de inserção;
- Centro de alojamento temporário;

- Ajuda alimentar;
- Equipa de rua para pessoas sem-abrigo;
- Equipa de intervenção direta;
- Reinserção social de reclusos e ex-reclusos;
- Centro apoio à vida
f) Para proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença,
velhice, invalidez e morte, bem como em todas situações de falta ou
diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho:
- Ajuda alimentar;
- Equipa de rua para pessoas sem-abrigo
2. A associação propõe-se ainda, criar e manter as seguintes
atividades Instrumentais:
a) Desenvolver atividades relativas aos fins não lucrativos, ainda
que através de outras entidades por si criadas, mesmo que em parceria e
cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o
financiamento da concretização dos fins referidos no artigo anterior
Artigo 5.°
Organização e funcionamento
A organização e funcionamento dos diversos sectores de atividade
constarão de regulamentos internos elaborados pela direção
Artigo 6.º
Prestação dos serviços
1. Os serviços prestados pela associação serão gratuitos ou
remunerados, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes,
apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.

______2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes. ___

CAPITULO II

Dos associados

Artigo 7.º

Qualidade de associado

1. Podem ser associados pessoas singulares ou coletivas que se
proponham contribuir para a realização dos fins da associação mediante o
pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços.
2. A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo
apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá.
Artigo 8.º
Categorias
Haverá duas categorias de associados:
a) Associados Efetivos – são as pessoas singulares ou coletivas, que
se proponham colaborar na realização dos fins da associação obrigando-se
ao pagamento da joia de inscrição e da quota mensal, nos montantes
fixados pela assembleia-geral;
b) Associados Honorários – são as pessoas, singulares ou coletivas,
que adquiram essa qualidade em virtude das relevantes contribuições em

donativos ou através de serviços prestados a favor da instituição, que serão

propostos	pela	direção	e	confirmados	em	assembleia	convocada	para	0
efeito									

Artigo 9.º

Direitos e deveres

1. São direitos dos associados:
a) Participar nas reuniões da assembleia-geral;
b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
c) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária, nos
termos estatutários;
d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos,
desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 30 dias e
se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.
2. São deveres dos associados:
a) Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de associados
efetivos;
b) Comparecer às reuniões da assembleia geral;
c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as
deliberações dos corpos gerentes;
d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para
que forem eleitos
Artigo 10.º
Sanções
1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos nos presentes
estatutos ficam sujeitos às seguintes sanções:

a) Repreensão escrita;
b) Suspensão de direitos até 90 dias;
c) Demissão
2. São demitidos os sócios que por atos dolosos tenham prejudicado
moral ou materialmente a associação.
3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do nº. 1, são da
competência da direção.
4. A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia
geral, sob proposta da direção.
5. A aplicação das sanções previstas no n.º 1 só se efetivará
mediante audiência obrigatória do associado.
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota
Artigo 11.º
Artigo 11.º Condições do exercício dos direitos
Condições do exercício dos direitos
Condições do exercício dos direitos 1. Os associados efetivos só podem exercer os direitos referidos nos
Condições do exercício dos direitos 1. Os associados efetivos só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas
Condições do exercício dos direitos 1. Os associados efetivos só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas
Condições do exercício dos direitos 1. Os associados efetivos só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas 2. Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados efetivos que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos,
Condições do exercício dos direitos 1. Os associados efetivos só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas

Artigo 13.º

Perda da qualidade de associado

1. Perdem a qualidade de associado:
a) Os que pedirem a sua exoneração;
b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 6 meses;
c) Os que forem demitidos nos termos previstos nos presentes
estatutos
2. O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à
associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem
prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo
em que foi membro da associação.
CAPITULO III
Dos Órgãos Sociais
Secção I
Disposições gerais
Artigo 14.º
Órgãos sociais
1. São órgãos da associação, a Assembleia Geral, a Direção e o
Conselho Fiscal.
2. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas
pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 15.º Composição dos órgãos

1. A Direção e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos
maioritariamente por trabalhadores da associação
2. O cargo de presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido
por trabalhadores da associação.
Artigo 16.º Incompatibilidade
1. Nenhum titular da Direção pode ser simultaneamente titular do
Conselho Fiscal e ou da Mesa da Assembleia Geral.
2. Os titulares dos órgãos referidos no n.º anterior não podem ser
simultaneamente membros da mesa da assembleia geral.
Artigo 17.º
Impedimentos
1. Os titulares dos órgãos não podem votar em assuntos que
diretamente lhes digam respeito, ou nos quais estejam interessados os
respetivos cônjuges ou pessoas com quem vivam em condições análogas às
dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou qualquer parente ou afim em
linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.
2. Os titulares da Direção não podem contratar direta ou
indiretamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto
benefício para a associação.

3. Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante
com a atividade da associação onde estão inseridos, nem integrar corpos
sociais de entidades conflituantes com os da associação, ou de participadas
desta.
Artigo 18.º
Mandatos dos titulares dos órgãos
Wandatos dos titulares dos orgaos
1. A duração do mandato dos órgãos é de 4 anos e inicia-se com a
tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa
da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias
seguintes à eleição.
2. Caso o presidente cessante da mesa da Assembleia Geral ou o seu
substituto, não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição,
os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício
independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido
suspensa por procedimento cautelar.
3. O presidente da direção só pode ser eleito para três mandatos
consecutivos.
Artigo 19.º
Responsabilidade dos titulares dos órgãos
1. As responsabilidades dos titulares dos órgãos da associação são
as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos
gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem
com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na
ata respetiva
Artigo 20.°
Funcionamento dos órgãos em geral
1. A direção e o conselho fiscal são convocados pelos respetivos
presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares
presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos
de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.
4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve
proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um
mês
5. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º
anterior apenas completam o mandato.
6. Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que
serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa
SECÇÃO II
Da Assembleia geral
Artigo 21.º
Constituição
1. A Assembleia Geral, regularmente constituída, é o órgão soberano da associação, representa a universalidade dos seus associados e

as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em							
conformidade com a lei e com os presentes estatutos.							
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos							
há pelo menos 12 meses, que tenham as suas quotas em dia e não se							
encontrem suspensos							
3. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva mesa que s							
compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.							
4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da							
assembleia geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre							
os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da							
reunião.							
Artigo 22.º							
Competências							
1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias							
não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos							
da associação e, designadamente:							
a) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação;							
b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva							
mesa, e a totalidade ou a maioria dos membros da direção e do conselho							
fiscal;							
c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação							
para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;							
d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer							
título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de							
valor histórico ou artístico;							
e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão							
ou fusão da associação;							

f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos
gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações
2. Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e
disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e designadamente:
a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos
eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais.
b) Conferir posse aos membros dos corpos gerentes, eleitos em
cumprimento do disposto no artigo 27.°, n.º 1, alínea a).
Artigo 23.º
Convocação e publicitação
1. A assembleia geral é convocada com, pelo menos, 15 dias de
antecedência, pelo presidente da mesa ou pelo seu substituto.
2. A convocatória é afixada na sede da associação e remetida,
pessoalmente, a cada associado através de correio eletrónico ou por meio
de aviso postal.
3. Independentemente das convocatórias nos termos do número
anterior, será ainda dada publicidade à realização das assembleias gerais
nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em
locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da
associação.
4. Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local
e a ordem de trabalhos da reunião.
5. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de
trabalhos serão disponibilizados para consulta na sede e no sítio
institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida para os
associados.

Nota Desde que contemplada nos estatutos, a convocatória e anúncio da assembleia geral pode ser efetuada e publicitada também por outros meios e noutros locais.

Artigo 24.º

Funcionamento

1. A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se
estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou
trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.
2. A Assembleia-geral extraordinária que seja convocada a
requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três
quartos dos requerentes.
A 41 07 0
Artigo 25.º
Deliberações
1. As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria
simples não se contando as abstenções.
2. É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias
constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 22.º dos estatutos.
3. No caso da alínea e) do artigo 22.º, a dissolução não tem lugar se
um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros
previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a
permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra

Artigo 26.º

Votações

1. O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a
cada associado.
2. Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados com, pelo
menos, um ano de vida associativa.
3. Os associados podem ser representados por outros associados,
bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente
da mesa da assembleia geral e entregue à data da respetiva reunião
4. Cada sócio não pode representar mais de um associado
Artigo 27.º
Reuniões da Assembleia-Geral
1. A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária:
a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para
eleição dos titulares dos órgãos associativos;
b) Até 31 de março de cada ano para aprovação do relatório e
contas de exercício do ano anterior, bem como do parecer do Conselho
Fiscal;
c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do
programa de ação e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do
Conselho Fiscal.
2. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando
convocada pelo presidente da mesa da Assembleia Geral, por iniciativa
deste, a pedido da direção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de,
pelo menos, 50 sócios no pleno gozo dos seus direitos.

SECÇÃO III

Da Direção

Artigo 28.º

Constituição

1. A direção da associação é constituída por 5 membros: presidente,
vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal.
2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se
tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que
tiverem sido eleitos
3. No caso de vacatura do cargo de presidente será o mesmo
preenchido pelo vice-presidente e este será substituído pelo suplente que se
segue na ordem da respetiva lista.
4. Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direção, mas sem
direito a voto.
Artigo 29.º
Competências
1. Compete à direção gerir a associação e representá-la,
incumbindo-lhe designadamente:
a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o
relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação
para o ano seguinte;
c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e
equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se

mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da
contabilidade, nos termos da lei;
d) Organizar o quadro do pessoal, e contratar e gerir o pessoal da
associação;
e) Representar a associação em juízo ou fora dele;
f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações
dos órgãos da associação.
2. A direção pode delegar poderes de representação e administração
para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos
seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou
em mandatários.
3 - A Direção reunirá sempre que o julgar conveniente por
convocação do Presidente e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em
cada mês
Artigo 30.º
8 • • • • • • • • • • • • • • • • • • •
Competências do Presidente
Competências do Presidente
Competências do Presidente Compete ao Presidente da Direção:
Competências do Presidente Compete ao Presidente da Direção: a) Superintender na administração da Associação orientando e
Competências do Presidente Compete ao Presidente da Direção:a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
Competências do Presidente Compete ao Presidente da Direção:a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os
Competências do Presidente Compete ao Presidente da Direção:a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
Competências do Presidente Compete ao Presidente da Direção:a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
Competências do Presidente
Competências do Presidente Compete ao Presidente da Direção:a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;c) Representar a Associação em juízo ou fora dele;d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e
Competências do Presidente

Artigo 31.º

Competências do Vice-Presidente

Compete ao Vice-presidente:
- Coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas
suas ausências e impedimentos.
Artigo 32.º
Competências do Secretário
Compete ao Secretário:
a) Lavrar as atas das reuniões da Direção e superintender nos
serviços de expediente;
b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção
organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
c) Superintender nos serviços de secretaria
Artigo 33.º
Competências do Tesoureiro
Compete ao Tesoureiro:
a) Receber e guardar os valores da Associação;
b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de
despesa;
c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas
conjuntamente com o Presidente;
d) Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se
discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
e) Superintender nos servicos de contabilidade e tesouraria

Artigo 34.º

Competências do Vogal

Compete ao Vogal coadjuvar os restantes membros da Direção nas
respetivas atribuições e exercer as funções que a Direção lhe atribuir
Artigo 35.º
Forma de obrigar
1. Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da direção, ou as
assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas
conjuntas do Presidente e Tesoureiro.
3. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer
membro da direção.
SECÇÃO IV
Do Conselho Fiscal
Artigo 36.º
Conselho Fiscal
1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um
presidente e dois vogais.
2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se
tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que
tiverem sido eleitos.

	_3.	No	caso	de	vacatura	do	cargo	de	presidente,	será	O	mesmo
preenc	hid	o pe	lo prir	neir	o vogal e	este	por ur	n su	ıplente			

Artigo 37.º Competências

1. Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da
associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à direção e mesa da assembleia
geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento
da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:
a) Fiscalizar a direção, podendo, para o efeito consultar a
documentação necessária;
b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como
sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direção e/ou mesa da
assembleia geral submetam à sua apreciação;
d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;
2. Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às
reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente;
3. O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por
convocação do presidente e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em
cada trimestre.

CAPITULO IV

Regime financeiro

Artigo 38.º

Património

O património da Associação é constituído pelos bens expressamente
afetos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens ou
equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais
bens e valores que sejam adquiridos pela mesma
Artigo 39.º
Receitas
São receitas da associação:
a) O produto da joia única de inscrição, as quotizações e as
eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;
b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;
c) Os rendimentos dos serviços prestados;
d) Os rendimentos de produtos vendidos;
e) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
f) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
g) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
h) O produto de outras atividades recreativas e culturais realizadas
pela associação para angariação de fundos.

Artigo 40.º

Quotas, serviços ou donativos

1. Os associados pagam uma joia única de inscrição e uma quota
mensal de valor fixado pela Direção e ratificado em Assembleia Geral
2. Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à
Direção, propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos
CAPITULO V
Disposições diversas
Artigo 41.º
Extinção
1. A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei
2. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus
bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão
liquidatária.
3. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos
atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do
património social, quer à ultimação dos negócios pendentes.
4. Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à
associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os

praticaram. _____

Artigo 42.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo
com a legislação em vigor.
Estatutos Originais
20 de Março de 2009
Escritura lavrada de folhas 94 verso do livro de notas para escrituras
diversas número 145-A, no Cartório Notarial do notário Joaquim Manuel
Sales Guedes Leitão, em Coimbra
Estes estatutos foram aprovados por unanimidade em Assembleia
Geral no dia vinte e dois de Setembro de dois mil e quinze conforme a ata
lavrada e assinada pela mesa se assembleia
Presidente: António José Geraldo Taborda
Primeiro Secretário: Maria José Leal Travassos
Segundo Secretário: Renata Filipa Malva Abreu